

1 **Ata da Assembleia Geral Ordinária, AGO, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do**  
2 **Adolescente (CMDCA) de Santos, realizada aos seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte, início as**  
3 **oito e trinta em segunda chamada**, através de videoconferência por meio do link: [HTTPS: join.](https://join.skype.com/qwz1UM1xUSB)  
4 [skype.com/qwz1UM1xUSB](https://join.skype.com/qwz1UM1xUSB) Participantes: Verificação da lista de presença acostada a esta ata, que foi feita  
5 oralmente e também com solicitação de registros no chat em relação aos convidados. Iniciada a reunião, a  
6 senhora Presidente, Suzete Faustina dos Santos cumprimenta os presentes e coloca em pauta os itens a serem  
7 discutidos em assembleia: **1- Apreciação e deliberação das atas das assembleias anteriores (assembleias**  
8 **ordinárias e extraordinárias; 2-Apreciação e deliberação do projeto #tamujuntonaquarentena; 3-**  
9 **Apreciação e deliberação acerca do edital de chamamento público 01/2020-CMDCA; 4-Apreciação e**  
10 **deliberação sobre o empréstimo do 2ºcarro para a Pró-Viver; 5-Informes sobre a suspensão de**  
11 **atividades da Fundação Casa de Santos; 6-Informes sobre a situação dos adolescentes acompanhados**  
12 **pelo CAPS-AD-IJ; 7-Relatos da Diretoria Executiva; 8-Relatos dos Representantes dos Conselhos e**  
13 **Comissões; 9-Relatos das Câmaras Setoriais; 10-Assuntos Gerais. Item um – Apreciação e deliberação**  
14 **das atas das assembleias anteriores (assembleias ordinárias e extraordinárias).** A Senhora Suzete  
15 lembrou que as atas, num total de quatro, sendo uma Assembleia Geral Ordinária (AGO) e três  
16 Assembleias Extraordinárias (AGE) foram enviadas previamente para todos os conselheiros para que  
17 pudessem analisar e fazer as devidas correções com antecedência, podendo-se assim dispensar a leitura e  
18 agilizar o processo de aprovação das mesmas. Foram dadas as devidas informações sobre as retificações  
19 enviadas e procedidas, posto isto foi solicitado se haveria outras manifestações e na ausência das mesmas, as  
20 atas foram aprovadas. **Item dois - Apreciação e deliberação do projeto #tamujuntonaquarentena.** Foi  
21 solicitada a manifestação da comissão criada especialmente para analisar os projetos que tivessem como  
22 objeto o atendimento de situações durante e decorrentes da quarentena. Na impossibilidade, momentânea, do  
23 Senhor Igor Braga Perrone, Conselheiro e integrante da comissão especial de análise se colocar pela mesma,  
24 o Senhor Wilson Carlos Bregochi Junior, técnico de referência e integrante da comissão, expôs as novas  
25 observações efetuadas. De acordo com o mesmo, o projeto foi reapresentado da seguinte forma: alterado o  
26 cronograma de dozes meses para quatro meses, conforme solicitado; no primeiro momento, foi apresentada  
27 dois tipos de listagens – uma com todos os atendidos pela instituição e outra com os que não estariam  
28 recebendo cesta alimentícia através da Secretaria Municipal de Educação, doravante SEDUC, ou outro órgão  
29 oficial específico. Porém, num breve cruzamento feito pela comissão, ainda sim havia dados em duplicidade  
30 com relação à lista solicitada pelo CMDCA e fornecida pela SEDUC. Desta forma a comissão apontou que  
31 não foram atendidas as solicitações, em especial no que se refere ao cruzamento de dados, que é um dos  
32 fatores que vem norteando as análises realizadas, visto que, a entidade apresentou uma lista completa e outra  
33 com alguns nomes diferentes dizendo que aquelas pessoas não estavam sendo contempladas, mas que ainda  
34 assim, foi verificado que havia duplicidade entre a lista apresentada e a fornecida pelo órgão municipal. A  
35 Conselheira Senhora Rita Raquel e também integrante da comissão especial, em manifestação pelo chat  
36 corroborou as palavras do Sr. Wilson Carlos, quanto a não aprovação. Solicitadas outras manifestações, a  
37 Conselheira Senhora Claudia Diegues, pediu os detalhes comparativos entre a primeira e a segunda proposta.  
38 O Senhor Wilson, informou que foram feitas duas listas e duas propostas de projeto com dois valores  
39 diferentes, um valor próximo de cento e trinta e um mil reais e um segundo com um valor de pouco mais de  
40 sessenta mil reais, um com a listagem contemplando todos os alunos, na outra com um cruzamento de dados  
41 dizendo que os mesmos não estavam sendo contemplados pela cesta da SEDUC, porém ao fazer uma  
42 pequena comparação utilizando dez (10) nomes, ao menos três (3) estavam nas duas listas,  
43 SEDUC/ENTIDADE e não tendo nenhuma observação ao fato, a comissão entendeu que a lista não  
44 representava o que se propunha em seu título inicial. Solicitado mais comentários, foi ratificado pela  
45 comissão conforme manifestação da Senhora Rita Raquel, que a lista não estava cruzada e que continha  
46 pessoas que já estavam recebendo o benefício. Desta forma continuava a sobreposição de beneficiados. A  
47 Senhora Suzete Faustina, fez a observação para que todos refletissem sobre o atual momento, do que estava  
48 por vir, na eminência de não voltar às aulas, da necessidade de suprir as necessidades das famílias até o final  
49 do ano, ou seja, atender mais pessoas e com muito menos recursos. Por fim observou que continuávamos,  
50 apesar da relevância e intensão do projeto, com problemas de sobreposição no mesmo e que por uma questão  
51 de coerência de atitudes e análise a projetos anteriores, continuávamos com problemas de aprovação do  
52 mesmo na questão da sobreposição. Neste momento a proponente pela Entidade, senhora Egle Rodrigues,  
53 solicitou a palavra e fez um agradecimento pela oportunidade e evidenciou que numa outra tentativa talvez  
54 conseguisse apresentar um projeto de acordo com o solicitado, se retirando ou perdendo a conexão para  
55 continuidade em reunião. A Senhora Suzete Faustina, explicou a todos quem era a Senhora Egle e uma

56 síntese de sua fala, onde a mesma relatou que talvez não tenha entendido a proposta da resolução normativa  
57 relativa na elaboração do projeto. Sem entender a saída da mesma, a Senhora Suzete solicitou informações  
58 sobre a continuidade da discussão em tela com a presença do proponente ou não, para efetivar a votação. O  
59 Senhor Wilson, também apresentou dúvidas em relação a uma possível proposta da Senhora Egle,  
60 representante da Associação Tia Egle, ao agradecer, evidenciar que não havia entendido bem a formatação  
61 solicitada e se desta forma ela havia retirado o projeto da pauta. A Senhora Regina Passos, na condição de  
62 convidada, solicitou a palavra, dando opinião que achava que a comissão deveria checar a listagem por  
63 completo, já que o Senhor Wilson informou que havia checado apenas alguns nomes. O Senhor Wilson  
64 deixou claro que estavam falando de apenas um projeto, mas que se fosse bem mais, por exemplo, uns dez,  
65 ficaria inviável e insano à comissão fazer checagem dos muitos nomes, um a um. Que eles fizeram foi por  
66 amostragem e nos primeiros dez nomes analisados, a sobreposição ficou evidente. A senhora Regina Passos,  
67 insistiu que não achava a amostragem uma forma justa e propôs que ela ou outro alguém poderiam dar uma  
68 ajuda para esta checagem. O Senhor Edmir Nascimento, se posicionou colocando que se foi detectado que  
69 determinada pessoa não estava recebendo que os motivos deveriam ser apresentados, ou seja, uma  
70 análise/investigação caso a caso: quem é esta pessoa, porque não estava apta a receber, quais seriam os  
71 motivos: perda de emprego (?) e/ou outros afins. O Senhor Wilson informou que era nesta perspectiva que  
72 eles estavam trabalhando nas análises e de forma igualitária para todos. Assim havia sido com a Settaport e  
73 estavam usando os mesmos critérios para a Associação Tia Egle e que enquanto comissão emitem apenas um  
74 parecer, agindo com coerência para que ninguém se sinta lesado e nesse caso estavam apresentando parecer  
75 negativo pelos motivos apresentados, mas que a decisão cabia à plenária. O Senhor Galvão se manifestou,  
76 com o entendimento que foram dadas condições para que as entidades fizessem as checagens para evitar a  
77 sobreposição. No que foi confirmado pelo Senhor Wilson. A Conselheira Senhora Rosana Gomes, também  
78 integrante da comissão de avaliação, em sua manifestação, informando que por estar de férias não participou  
79 da avaliação da Settaport, fez a seguinte observação que a checagem deveria ser uma pré-análise a ser feita  
80 pelo proponente e não para análise da comissão, que não é a comissão que tem a atribuição de fazer a  
81 checagem. Terminada as considerações, mais uma vez foi lembrada a necessidade de manter critérios iguais,  
82 coerentes, nas mesmas linhas adotadas inicialmente. Que o parecer da comissão era contrário à aprovação,  
83 sem tirar a relevância do mesmo, pelo não atendimento às correções solicitadas. Solicitado o  
84 encaminhamento, o Senhor Wilson informou que a prática do Conselho é votar projetos com a presença do  
85 interessado, surgindo o impasse do que fazer. A Conselheira, Senhora Viviane Aparecida, quis saber se havia  
86 alguém da entidade presente que pudesse representa-la ante uma possível votação. O Conselheiro Senhor  
87 Galvão, solicitou a palavra e fez as seguintes considerações, enfatizando que não queria ser mal interpretado,  
88 mas que pensa que ao apresentar um projeto o mesmo pode ser aceito ou recusado e as pessoas precisam  
89 estar preparadas para ouvirem as decisões e não se *abandonar* a reunião porque ouviu uma coisa que não lhe  
90 agrada. Acredita que isso dá uma conotação de não valorização ao trabalho de análise que foi feito, com  
91 transparência e informações consistentes. Enfatizando que, se o proponente deveria estar presente à votação,  
92 mas se achou no direito de sair antes de ouvir a decisão, não haveria necessidade de dar continuidade ao  
93 processo de votação. A Senhora Raquel Cuellar, sugeriu que a conexão da Senhora Egle poderia ter caído e  
94 não uma retirada em questão de não concordância sobre a análise do projeto, podendo-se ir ao outro item de  
95 pauta, enquanto alguém fizesse contato com a entidade. O Senhor Edmir também sugeriu ir para outro item  
96 de pauta, até que se conseguisse contato com a Associação Tia Egle e não acontecendo encaminhar para a  
97 assembleia seguinte, Sugestão que foi seguida pela Conselheira, Senhora Claudia Diegues. Diante disso  
98 passou-se ao **Item três-Apreciação e deliberação acerca do edital de chamamento público 01/2020-**  
99 **CMDCA**, informado que o edital foi encaminhado ao grupo para análise prévia, para ciência. Informou-se  
100 que o Dr Bley estava presente a reunião e que faria uma explanação, acrescentando que o edital ainda seria  
101 encaminhado a Procuradoria Geral do Município, doravante PGM. O Dr. Bley fez uma explanação para que  
102 todos entendessem como a minuta foi elaborada, dividindo-a em quatro momentos A partir de uma  
103 solicitação do encaminhamento de uma minuta tradicional do CMDCA, que vem sendo utilizada por estes  
104 anos todos, a ser enviada pelo Senhor Wilson, que foi por onde tudo começou e de onde retirou-se o que  
105 chama-se de mérito de destinação do fundo pelo conselho: o que vai ser usado e como vai ser usado, visto  
106 que apesar da alteração que houve a partir do Marco Regulatório (Lei 13019), ainda a questão do mérito da  
107 destinação dos recursos pertence ao Conselho. *Lei 13019 - (Lei que estabelece o regime jurídico das*  
108 *parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração*  
109 *pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de*  
110 *finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com*

111 *organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis n.º*  
112 *8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999).* Conservado-se o mérito da destinação, foi  
113 feita uma adaptação para modelo de edital já aprovado pela PGM. Modelo que se refere a outros processos  
114 de outras naturezas, mas sempre envolvendo repasses de recursos do orçamento público dentro ou fora dos  
115 fundos, para organizações da sociedade civil. E no quarto momento, levou-se em conta as peculiaridades de  
116 utilização dos recursos do fundo municipal, onde foi feita a inserção do modelo que se tem como aprovado  
117 pela procuradoria, com todos os detalhes referentes ao uso do fundo municipal, desde a comissão de seleção,  
118 comissão de monitoramento e avaliação, controle, referências das resoluções normativas nacionais e  
119 municipais e as compatibilidades com a Lei 13.019. Neste momento houve a participação do departamento,  
120 sendo que algumas situações foram alteradas, outras mantidas por se entender pertinentes, resultando na  
121 minuta que foi encaminhada aos conselheiros para a apreciação e que hoje está sendo exposta para a  
122 plenária. Finalizou informado que esse foi o fluxo do trabalho realizado, sempre respeitando-se o mérito e a  
123 apreciação final da destinação dos recursos pelo plenário do conselho e atendendo, a princípio, ao  
124 enquadramento determinado pela PGM. Ressaltou que pode ser que haja alguma alteração de acordo com a  
125 destinação dos recursos e também pode ser que a procuradoria, tenha algum processo de aprimoramento e  
126 faça alguma alteração/ressalva na presente minuta. Enfatizou que neste momento não seria necessário à  
127 aprovação da minuta em si, mas a aprovação dos conselheiros para o encaminhamento a PGM e devida  
128 apreciação. O Sr. Wilson questionou se haveria necessidade de ler toda a minuta, mas como foi enviada para  
129 todos os conselheiros seria melhor já passar para os apontamentos, na opinião do Vice-Presidente Senhor  
130 Edmir Nascimento e concordância de todos. Pelo chat a Senhora Rosana Gomes, questionou o valor do  
131 edital, sendo que a resposta do Sr. Wilson foi que optaram pela manutenção dos valores previstos no último  
132 edital, mas que poderia haver alteração dependendo do entendimento da plenária. A Senhora Rosana Gomes, fez  
133 uma colocação que sentiu falta dentro do conteúdo da minuta, da falta menção ao período de vigência, que é  
134 a pandemia; nem na composição do projeto, nem a respeito de procedimentos, metodologias adaptadas ao  
135 momento, ao decreto em vigor, que é de calamidade. O Dr. Bley respondeu que o edital em seu caráter não  
136 teve a função de trabalhar esse momento, sendo que dentro do seu contexto existe um capítulo que todas as  
137 providências em relação ao estado de emergência vai ser tratado conforme resolução normativa a ser  
138 determinada pelo conselho. Até porque há um fluxo diferenciado em razão do estado de emergência que se  
139 afasta da aplicação deste documento e das normas mais afetas a um edital de chamamento, por isso a  
140 separação, Finalizando, informou que o que está sendo tratado aqui são situações diferentes e que o estado de  
141 calamidade é tratado por meio de resoluções, pois quando se está em estado de calamidade, em estado de  
142 emergência dispensa-se edital de chamamento público, caindo em outras regras, outros fluxos. A Senhora  
143 Rosane Gomes deu por esclarecida a sua dúvida observando mesmo assim a que as entidades concorrentes  
144 ao Edital, deveriam contemplar em suas metodologias algo que seja lincado as metas da pandemia. O Dr.  
145 Bley disse que esse era um assunto de competência da plenária em optar pela destinação dos recursos e que  
146 não haveria impedimento ou ilegalidade, mas que em sua opinião acharia interessante usar a resolução que  
147 contempla o estado de pandemia para ser mais ágil e ter maior flexibilização para a análise dos projetos. Na  
148 sequência, o Senhor Edmir Nascimento, concordou com a Senhora Rosana, acrescentando que não sabíamos  
149 o que estava por vir e que julgava que a metodologia teria que contemplar as duas possibilidades: a situação  
150 atual de pandemia e depois a forma de adaptação à outra realidade que estará vigente, para evitar o que  
151 aconteceu com os projetos em andamento, que tiveram que parar ou se adaptar ao estado emergencial  
152 vigente. Falando sobre o subitem 1.2, eixo um 1, chamou a atenção para a escrita que versava sobre a  
153 questão da busca ativa, que no lugar de usar a terminologia: “... *crianças e adolescentes evadidas...*”, deveria  
154 ser infrequentes. O Senhor Wilson informou que já havia mudado a grafia. Também houve uma dúvida na  
155 grafia do eixo dois, que foi sugerido a ser colocado como: “*Enfrentamento das piores formas de trabalho*  
156 *infantil...*”, e não enfrentamento aos efeitos do trabalho infantil (?). Novamente foi informado que a mudança  
157 havia sido feita, mas talvez não salva na hora de gravar e sendo encaminhada a plenária sem as alterações  
158 procedidas. Para eixo três, que versava sobre as áreas a serem atendidas, com predominância para a entrada  
159 da cidade, achou-se providencial a inclusão da Vila Pantanal, pois já havia esta adequação no projeto  
160 anterior, para atender o território em questão. E por fim, sobre o item 3. **DOS REQUISITOS PARA**  
161 **PROPOSTA DE PARCERIA E DO PLANO DE TRABALHO**, subitens: 3.5. *Cada Organização da Sociedade*  
162 *Civil, só poderão apresentar um único projeto por eixo; 3.6. Os projetos deverão garantir em suas propostas*  
163 *metas conforme segue abaixo: 3.6.1. Eixo 1 - Busca ativa a crianças e adolescentes infrequentes ou evadidos*  
164 *dos serviços de educação: 3.6.1.1. Meta Geral: Garantir a permanência de crianças e adolescentes do*  
165 *município de Santos no ensino formal; sugerindo ser “garantir” uma palavra muito forte, de muita*

166 responsabilidade para a entidade proponente, visto que a situação não dependeria somente da mesma por  
167 alguns casos serem de extrema complexidade. O Senhor Wilson esclareceu que a tendência da meta geral, é  
168 buscar a perfeição, é ser mesmo utópica, porque ela parte da tentativa de ser alcançado o ideal. Também  
169 chamou a atenção para os itens 3. 6.1.2.4. *Encaminhar para rede de atenção municipal ao menos 65% dos*  
170 *casos que dela necessitarem, tão logo identificada a necessidade; 3.6.2.2.1. Ofertar para 100% das crianças*  
171 *e/ou adolescentes atendidos pelo projeto atividades de esporte, cultura e lazer concomitantes as atividades*  
172 *do projeto, levando em consideração os anseios da população alvo, bem como ofertar o encaminhamento*  
173 *aos adolescentes para entidades qualificadoras, possibilitando a inserção na lei da aprendizagem*  
174 *profissional para 100% dos adolescentes que apresentarem este interesse;* O Senhor Wilson esclareceu que a  
175 oferta tem que ser de 100%, mas isso não significa que o adolescente/responsável vá aceitar. E sobre o item  
176 **quatro. DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E A PROPOSTA DE FOMENTO:** subitens 4.3. O  
177 ENVELOPE II – deverá conter: 4.3.1. A proposta de fomento da entidade interessada; 4.3.1. Para  
178 evidenciar a constatação e eventual respectiva atribuição de pontuação, bem como para certeza dos  
179 compromissos, o Envelope II também deverá conter: 4.3.1.1.6. Contratação de adolescentes na  
180 condição de aprendiz; que versa sobre a contratação de adolescentes na condição de menor aprendiz, o  
181 Senhor Wilson esclareceu que esta era uma decisão advinda do ultimo edital. O Dr. Bley informou que seria  
182 condição *Sine Qua Non*. Por fim o Senhor Edmir Nascimento, elogiou a construção do projeto e deu por  
183 encerrada as suas indagações. A Senhora Claudia Diegues quis saber do tempo de aprovação, o Dr Bley  
184 informou que tudo que pudesse ser agilizado por parte do departamento ou do mesmo na condução do  
185 projeto, seria feito, mas ao ser encaminhado para a procuradoria, teríamos que aguardar o tempo da mesma,  
186 que a única coisa certa é que a partir da publicação do edital, teríamos que aguardar trinta dias para  
187 recebimento das propostas, depois teria os processos de decisões, habilitações, pontuações e todos os atos  
188 têm pelo menos cinco dias de aguardos para recursos até a decisão final da comissão de seleção. Sendo  
189 entendido que, alguns prazos precisam ser respeitados e não podemos trabalhar fora deles. Houve uma  
190 discussão sobre qual classificação estaria/deveria ser usada para relacionar as piores formas de trabalho  
191 infantil, pois não estava de acordo com a Organização Internacional do Trabalho, doravante OIT, foi  
192 informado que seria pela classificação da lista de tipificação do Governo Federal, doravante lista TIP. A  
193 Senhora Viviane Aparecida, informou pelo chat que a lista apresenta os trabalhos prejudiciais à saúde e à  
194 segurança. A senhora Marina, informou que o Decreto 6481/2008, contém a lista TIP, explicando que na  
195 realidade a lista enquadra quase a totalidade de formas de trabalho infantil como piores formas, concordado  
196 pela senhora Viviane Aparecida. A Conselheira Luana de Maria, perguntou se o projeto contemplava o  
197 trabalho infantil presente no tráfico. O Senhor Edmir esclareceu que foi feita a alteração para as piores  
198 formas de trabalho infantil, onde o narcotráfico, a exploração sexual e o trabalho doméstico se entrelaçam,  
199 sendo contemplado no eixo dois. A Senhora Regina Passos sugeriu que fosse pelo pela OIT, que classifica o  
200 narcotráfico e a exploração sexual como as duas piores formas de trabalho infantil, sendo que talvez fosse  
201 interessante leva-la em consideração. O Dr. Bley explicou que a regulamentação da convenção da OIT, esta  
202 prevista no Decreto 6481/2008, então qualquer situação a ser colocada tem que ser referenciada por este  
203 decreto e não outras menções, pois é o mesmo que normatiza o assunto no Brasil. A Senhora Regina Passos  
204 insistiu que na análises do projetos deveria ser levada em consideração as duas formas apresentadas como  
205 piores pela OIT. O Dr. Bley, explicou que não haveria nenhuma restrição a isso, mas que qualquer situação  
206 atípica deveria vir referenciada no Edital. A senhora Regina Passos sugeriu que devido à necessidade de dar  
207 celeridade no encaminhamento do projeto, isso poderia ser observado na análise quando fosse feita pela  
208 comissão. O Dr. Bley deu como sugestão que fosse encaminhado para a procuradoria à minuta e as questões  
209 referentes às partes mais específicas que no prazo de uma semana, fosse feito um estudo mais apurado. A  
210 senhora Raquel Cuellar, trouxe a reflexão que haveria necessidade de análise da conjuntura e diagnósticos do  
211 Município, para que de fato os editais consigam contemplar as necessidades que estão sendo apontadas pelos  
212 serviços e com atuação onde mais se espera por isso a importância do alinhamento das premissas, se as  
213 formas serão denominadas ou não, porque isso impacta em todo o andamento do projeto, ficando como  
214 sugestão que fosse feito um estudo posterior de forma apurada. Ficou decidido que após as correções no  
215 corpo da minuta, o mesmo seria enviado para a procuradoria e neste meio tempo seria dada uma olhada nas  
216 questões específicas de tipificações e afins. Após algumas discussões, as propostas de encaminhamentos  
217 foram: aumento no valor do financiamento, acrescer o item 73 na questão das formas de trabalho infantil.  
218 Devido à necessidade de saber o valor existente nos fundo, aguardando uma resposta do responsável pelo  
219 controle da conta, foi proposta a aprovação das alterações e depois o estabelecimento dos valores/teto para  
220 cada eixo. Dando sequência a reunião, passou-se ao **Item quatro - Apreciação e deliberação sobre o**

221 **empréstimo do 2º carro para a Pró-Viver.** Apenas por uma questão de assentamento correto e regularização  
222 de documentação, devido ao lapso ocorrido na assembleia de outubro dois mil e dezenove, onde tratou-se da  
223 continuidade do empréstimo dos dois veículos para a Entidade Pró-Viver e por descuido, na ata da  
224 assembleia do referido ano e mês, foi assentado apenas o empréstimo de um veículo. Desta forma esta  
225 assembleia ratifica, também, o empréstimo do segundo veículo adquirido com recursos do FMDCA e  
226 inventariado em nome da Prefeitura Municipal de Santos, para a referida entidade, nos termos apresentando  
227 no plano de utilização pela mesma e de concordância dos conselheiros do CMDCA. Todos os documentos  
228 referentes ao empréstimo já foram entregues ao DEARTI, apensados ao processo e serão encaminhados aos  
229 setores competentes para a devida tramitação. Posto em votação foi perguntado se havia alguma restrição a  
230 esta retificação em relação ao empréstimo do segundo veículo. Na ausência de manifestos, o empréstimo  
231 permanece como aprovado. **Item cinco - Informes sobre a suspensão de atividades da Fundação Casa de**  
232 **Santos.** Foi informado que foi feito um convite a diretoria da Casa Santos, localizada na área Continental –  
233 Monte Cabrão, na pessoa do diretor, Senhor Sérgio Nicomedes Lopes, para falar sobre a suspensão  
234 temporária das atividades do equipamento. Foi recebido como resposta que eles gostariam muito de estarem  
235 presentes, mas devido ao aumento das demandas ocasionadas pelo fechamento da unidade, não seria possível  
236 a participação neste momento, visto que teria que fazer a supervisão e o controle interno de documentos e  
237 patrimônio, se colocando a disposição para outro momento. Num breve relato, as Senhoras Regina Passos,  
238 Claudia Diegues e o Senhor Edmir Nascimento se mostraram bastante preocupados com a situação, porque  
239 haveria uma redistribuição dos internos para unidades mais longes, o que causaria transtornos para suas  
240 famílias e também perda de referências. Foi falado um pouco sobre a luta anterior para a abertura da unidade  
241 e aceitação da comunidade e que essa suspensão de atividades mesmo que temporária, representaria uma  
242 nova batalha para a “nova” aceitação quando do possível retorno das atividades da mesma. A Senhora Regina  
243 acha que foi um retrocesso, uma perda enorme e que o CMDCA não poderia deixar em branco, solicitando as  
244 informações pertinentes aos órgãos competentes estaduais e municipais, através de ofício, a exemplo do que  
245 foi feito com o Hospital Guilherme Álvaro e também em relação ao IML. **Item seis - Informes sobre a**  
246 **situação dos adolescentes acompanhados pelo CAPS-AD-IJ.** Com a presença da Senhora Naira  
247 Rodrigues, chefia do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas Infanto-Juvenil, doravante CAPS- AD-  
248 IJ, licenciada em razão de acidente, informou que quemalaria seria a Senhora Jéssica, psicóloga do CAPS,  
249 porém a mesma teve que fazer um atendimento e assim a senhora Naira iniciou a narrativa. Ela fez um relato  
250 sobre um adolescente, K.G.P.S., nascido em 20/10 /2000, que desde o sete anos de idade era atendido pelo  
251 sistema público (unidades de saúde mental) e a situação perdurou até os dezenove anos de idade. Os pais são  
252 oriundos do sistema de acolhimento institucional, onde se conheceram. O pai pouco participou do  
253 crescimento e desenvolvimento de K.G., porque passou boa parte da vida no sistema prisional e a mãe  
254 morreu ainda jovem, vítima de um aborto provocado. Além do hábito de fazer pequenos furtos, o  
255 adolescente acabou por envolver-se com o tráfico de drogas e utilização de substâncias ilícitas. No  
256 entendimento da narradora, o adolescente não tinha transtornos psicossociais, tinha um excelente potencial  
257 cognitivo, participou do projeto *Bem Na Foto* enquanto esteve da Fundação Casa. Informa que a trajetória do  
258 referido adolescente, acabou sendo produto de um história de vida de extrema violência, aliada ao abandono  
259 afetivo, onde sua referência de família foi uma avó. No dia 16 de julho do corrente ano o adolescente veio a  
260 óbito, de maneira obscura e ainda não esclarecida totalmente, pois o corpo não foi apresentado à família e  
261 assim não tem atestado de óbito. Ele tinha dezenove anos e deixa um filho nascido em 23 de junho do  
262 corrente ano. A partir desta situação foi criado um grupo com pessoas do CREAS ZNO, de serviços de  
263 acolhimento, de saúde mental, de serviços de abordagem, para analisar de forma mais pormenorizada o  
264 fatores que culminaram nesta situação. Um fim tão comum para jovens em alta vulnerabilidade social,  
265 situação de rua e em especial negros. Falou também da Resolução publicada em 28 de julho, do Conselho  
266 Nacional de Políticas sobre Drogas, doravante CONAD, que instituiu, regularmente, a internação de crianças  
267 e adolescentes que fazem uso de substâncias psicoativas em comunidades terapêuticas, pontuando fortemente  
268 a situação de crianças em vulnerabilidade socioeconômica e situação de rua. Em razão do processo  
269 comumente do nosso país em criminalizar a pobreza, se colocou contrária a esta resolução do CONAD.  
270 Senhora Naira, explicou que a narrativa foi um convite à reflexão dentro de um Conselho e para pessoas que  
271 fazem parte da rede de garantia de direitos, no sentido de estudo e criação de estratégias que sejam mesmo  
272 efetivas, para evitar que perdas como essas não sejam *naturalizadas* em nossa cidade e nem no Brasil como  
273 um todo. A Senhora Raquel Cuellar complementou que o relato se referia ao KG, mas quantos outros  
274 meninos tem histórias e trajetórias semelhantes, sendo que o KG já vinha sendo abordado pelo serviço desde  
275 dois mil e quinze, em práticas de malabares, guardador de carro, que nem todos consideram como piores

276 formas de trabalho infantil. A senhora Sandra Santos, informou que quando estava no serviço de  
277 acolhimento, que o mesmo também teve passagem pelo mesmo e era ainda vinculado ao CAMPS, de onde  
278 teve que sair por não se adaptar as normas do mesmo e depois não conseguiu se colocar em nenhum lugar. A  
279 Senhora Regina Passos, complementou que quando trabalhava na Defensoria em Domicilio, atendiam ao pai  
280 do adolescente em tela, que era uma história triste, a longo prazo e que poderia se repetir por gerações, pai,  
281 filho e outros, tomando como exemplo o filho de KG. A Conselheira Luana Itagiba se manifestou que  
282 enquanto Conselheira da Zona Noroeste, de 2012 a 2019, este caso foi atendido por muitas anos nesta Base,  
283 relatando que por muitas vezes ele e um colega foram acolhidos no SEACOLHE e sempre eram devolvidos a  
284 suas famílias, que tinham um histórico de agressividade. Enfatizou que era uma situação recorrente de  
285 devolução e que eles constantemente chamavam a atenção para o fato, considerando uma falha da rede estas  
286 devoluções. Disse que precisavam rever onde a rede estava errando, pois a falha era evidente, caso contrário  
287 nem ele e nem o colega teriam ido para este lado negativo de vivência. Continuando em sua fala, disse que  
288 era preciso repensar no que estaria acontecendo atualmente, o que está sendo trabalhado nestas famílias para  
289 que possamos diminuir as perdas. Acrescentando que todos, enquanto rede, precisam repensar. Que se sentia  
290 muito triste, quando se vê como parte da rede e que a falha também estaria nela como integrante do dito  
291 sistema de proteção. A Senhora Naira Rodrigues, informou que não trouxe a história afim de culpabilizar  
292 ninguém e sim para pensarmos quando falamos em rede, qual o pensamento que temos do que seria ela e  
293 como construirmos juntos alguma coisa relativa, pois muitas vezes a rede funciona como um mero meio de  
294 encaminhamento de um para o outro. Aproveitou para fazer um alerta que recebem, recorrentemente, muitas  
295 indicações/ solicitações, vindas da Assistência, do próprio Conselho Tutelar, que vão para o Ministério  
296 Público, que vão para o CAPS, de atendimento psiquiátrico deste perfil de menino como o KG. Informou que  
297 o mesmo, devido ao estado de ansiedade e depressão, foi medicado na Fundação Casa, mas que o mesmo não  
298 era um paciente de psiquiatria, e sim um rapaz em sofrimento. Um sofrimento que foi produzido socialmente  
299 e antes de pensar em patologia “*deles*”, era preciso saber o que podemos fazer, juntos, por *eles*. Ante a falta  
300 de perspectiva, a entrada no submundo ilícito é o que eles sabem/aprendem a fazer desde muito cedo.  
301 Reafirmou que a rede precisa ser olhada como “par” e não para meros encaminhamentos, onde muitas vezes  
302 se troca uma droga (licita) pela outra (ilícita). A Senhora Tais Aguiar, aproveitou para falar sobre o Programa  
303 Rede Família e da necessidade de um avanço maior de todos junto ao programa, com um monitoramento  
304 mais pormenorizado e individualizado de discussões de casos dentro do mesmo. A Senhora Naira Rodrigues  
305 finalizou enfatizando que o KG tinha sonhos e também muitos medos e colocando-se a disposição para uma  
306 construção conjunta de estratégias. **Item sete - Relatos da Diretoria Executiva.** Antes de iniciarmos o item  
307 sete, recebemos a informação que o valor disponível no fundo era de hum milhão, seiscentos e vinte e quatro  
308 mil, setecentos e vinte e um reais e trinta e quatro centavos, R\$ 1.624.721,34 retornando a pauta que foi  
309 interrompida para esperar essa informação, ficou resolvido que baseado no montante informado, a  
310 distribuição dos valores para cada eixo seria a seguinte: eixo 1 – Busca ativa = R\$ 450.000,00(quatrocentos e  
311 cinquenta mil reais);eixo 2 – Enfrentamento as piores formas de trabalho infantil , que foi subdividido em  
312 exploração sexual infanto-juvenil e trabalho infanto-juvenil, no valor de R\$ 350.000,00(trezentos e cinquenta  
313 mil reais) para cada subdivisão; eixo 3 – Enfrentamento das piores formas de trabalho infantil com enfoque  
314 em crianças e adolescentes que o estejam praticando nas ruas e/ou outros logradouros públicos. Retornando  
315 ao item sete - O Senhor Wilson falou sobre a readequação dos Projetos Financiados pelo Itaú Social,  
316 **Enfrentando a Violência e Apadrinhamento Afetivo.** Que havia sido feita uma proposta ao o *Instituto*  
317 *Sedes Sapientiae* e que estávamos no aguardo da aprovação, com o impasse que o Instituto acima citado,  
318 queria receber de forma antecipada, sendo lhe explicado que no serviço público não há essa possibilidade.  
319 Por fim, informou que o cronograma previsto para iniciar em agosto, seria reorganizado. A Senhora Claudia  
320 Diegues, informou que a reunião das câmaras de planejamento e monitoramento ocorreria no dia 19/08  
321 próximo, às 9 horas, por vídeo conferência e em plataforma a ser divulgada posteriormente. Ressaltou a  
322 importância do reativamento das reuniões, pois o que fosse discutido nas mesmas devem subsidiar a reunião  
323 mensal da Diretoria Executiva e as pautas das assembleias. A Senhora Thascyane Falcão - Fundação  
324 Settaport, aproveitou para esclarecer as dúvidas sobre a continuidade do *Projeto Sou Jovem, Sou Cidadão*, a  
325 partir do mês de agosto, num sistema híbrido (parte on-line, parte presencial), nos cursos de Marketing  
326 Digital em Redes Sociais, Assistente Administrativo, Comércio e Supermercado, hardware, Design Gráfico,  
327 sendo que os dois últimos precisam ser de forma presencial, proposta assentada no Plano de Ação,  
328 observando-se o decreto de 10 de julho que permite que cursos de qualificação profissional tenham retomada  
329 gradual das atividades. O Senhor Wilson disse que não via problema, porém a Senhora Claudia Diegues,  
330 disse que embora acompanhando o decreto, seria preciso se debruçar sobre o assunto, observando-se o

331 cumprimento de todos os itens de segurança. A Senhora Thascyane, informou que a Fundação fez todas as  
332 adequações necessárias, com o itens básicos e normas de segurança: tapetes sanitizantes, termômetros,  
333 utilização obrigatória de máscaras, álcool em gel, distanciamento, redução do número de alunos em sala de  
334 aula para no máximo dez (10). A senhora Claudia solicitou que fosse encaminhado o documento para a  
335 Câmara de Legislação para análise e parecer. Outro assunto discutido foi o curso sobre Escuta Especializada  
336 na versão on-line, que estava em fase de nova análise do processo, já que anteriormente havia sido aprovado  
337 em versão presencial e que agora deveria ter uma redução de preço, visto que não haveria despesas com  
338 traslado de formadores. Outro assunto foi proposta de confecção do Gibi instrutivo, conscientizador sobre  
339 violência sexual infanto-juvenil, outro momento da campanha de conscientização permanente a qual o Dearti  
340 em conjunto com o CMDCA e comissões afetas está desenvolvendo. O Gibi será produzido em todas as  
341 fases, desde a elaboração da história, produção dos personagens, até a confecção e impressão dos mesmos,  
342 com verba do FMDCA. Foi falado também sobre as animações produzidas, que as mesmas estão sendo  
343 financiadas através de emendas parlamentares, destinadas exclusivamente para este fim e que isso incluía  
344 também algumas questões do Programa Cidadania Em Ação/Caravana das Oportunidades. Outro assunto foi  
345 à proposta de formação para os Conselhos Tutelares, dentro do *Programa Cuidar de Quem Cuida* e da  
346 formação para atores do sistema de garantia de direitos, com ênfase para a educação. Foi informado que o  
347 programa voltados para o Conselheiros é obrigatório e permanente, dentro de uma lei aprovada pelo poder  
348 público, que no primeiro semestre não ocorreu em razão do estado de emergência e que foi solicitado aos  
349 mesmos que mandassem sugestões de temas, até o dia cinco de agosto, mas que até o presente momento não  
350 tínhamos nenhum retorno da solicitação. A formação para os profissionais da SEDUC, seria porque estamos  
351 numa fase de trocas de membros da equipe e que estamos sentindo a necessidade dessa formação, até para  
352 que cada um se reconheça dentro do sistema e junto trabalhem em rede de forma mais específica e dentro do  
353 que lhes cabe. Foi informado que num prévio contato com a coordenadoria de formação da SEDUC para  
354 conversar sobre a proposta, a mesma foi aceita e estão no aguardo dos detalhes. O ultimo assunto foi sobre a  
355 efetivação do observatório previsto no plano decenal, através da Empresa **Khora** Consultoria e Pesquisa  
356 Sócio Territorial Ltda., que por conta da pandemia precisaria aguardar um momento maior de flexibilização  
357 para continuidade do mesmo, já que agora estão previstas atividades de campo nos diversos territórios. **Item**  
358 **oito - Relatos dos Representantes dos Conselhos e Comissões.** A senhora Marina Carvalho Perez Pena,  
359 representante da CMPETI pediu a palavra, informando que fez a discussão do relatório das ações de  
360 sensibilização do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, ocorrido em 12 de junho, na comissão. Que  
361 em conjunto com a CEVISS fizeram a readequação do cronograma anual de ações, se ajustando ao momento  
362 de pandemia. Falou sobre a retomada as discussões a respeito da aprendizagem, com as entidades  
363 qualificadoras. Dos contatos com a SEVIEP para discutir a ficha de notificação e cartilha informativa sobre  
364 questões de fluxo de atendimento associados ao trabalho infantil. Também solicitou que os temas  
365 relacionados ao Trabalho Infantil fosse enviado a CMPETI para discussão junto com o coletivo. Sobre a  
366 ultima fala, foi falado para a Senhora Marina que o inverso também é uma dificuldade enfrentada pela  
367 Diretoria Executiva do CMDCA em relação às comissões e que não se opunha a participação dos  
368 coordenadores na reunião da diretoria executiva, conforme novamente proposto pela Presidente do Conselho.  
369 Porém, de acordo com a Senhora Claudia no regimento interno esta participação não está prevista e que foi  
370 deliberado anteriormente, que os assuntos discutidos nas câmaras e comissões seriam enviados para a  
371 Diretoria Executiva com antecedência, inclusive para a elaboração da pauta. A Senhora Raquel Cuellar pela  
372 CEVISS, trouxe as seguintes questões: discussão sobre dados fornecidos pela SEVIEP, que tiveram uma  
373 reunião com a mesma sobre a questão dos dados, sendo que nesse momento a SEVIEP esta mais debruçada  
374 sobre os casos de COVID-19, sendo assim a plenária sugeriu, posteriormente, outra reunião com a presença  
375 da CMPETI, porque dados sobre trabalho infantil também fariam parte. Informou que quando a CEVISS  
376 solicita dados sobre o observatório é justamente por isso, porque percebem que os dados ainda são  
377 conflitantes entre si, por isso a ênfase no observatório e encaminhamento de ofício ao CMDCA questionando  
378 o andamento da possível implantação do mesmo. Observaram a falta de representantes da Saúde nas  
379 reuniões das comissões e da falta de resposta dos ofícios enviados aos Conselhos Tutelares com a solicitação  
380 de dados sobre violência sexual contra criança e adolescente que inclusive já foram reiterados. Falou  
381 brevemente sobre a lei 14022, de 07 de julho, sobre as medidas de enfrentamento de violência contra criança  
382 e adolescentes, com ressalva para o atendimento no IML, fazendo uma observação que o de Santos ainda se  
383 encontra fechado. Sobre questões referentes ao PAIVAS e ao NIACA, disse que as questões sobre o PAIVAS  
384 ficaram prejudicadas por falta de representantes da saúde e assim deram mais ênfase para as do NIACA.  
385 Informou que as reuniões da subcomissão são fixas e que a próxima seria em doze (12) de agosto. A Senhora

386 Marina, lembrou que seria preciso escolher outra secretaria para a comissão, visto que a senhora Christiane  
387 Andrea, não poderia mais exercer essa função. A senhora Raquel Cuellar, informou os canais de  
388 comunicação para que as pessoas possam acompanhar e saber quando ocorrem as reuniões da CMPETI, as  
389 datas e links, além da disponibilização nos grupos de WhatsApp e pelo Diário Oficial do Município,  
390 doravante DOM. Foi deixado claro pela Presidência do CMDCA que o meio oficial é o DOM e que todas as  
391 datas das reuniões também estão no portal dos Conselhos, a exceção das extraordinárias. A Senhora Raquel  
392 considerou que estava só reforçando que os meios de informações eram vários para quem quisesse participar.  
393 O Senhor Marcos Costa, Conselheiro Tutelar da Zona Leste, se colocou ressaltando o aumento do número de  
394 crianças em atividades nos semáforos, se dizendo preocupado, sobre o que poderia ser feito em conjunto. A  
395 Senhora Tatiana Branco, Conselheira Tutelar do Centro, falou sobre a questão do IML de Santos, ainda  
396 fechado, sendo que já havia sido informado que o CMDCA já enviou ofício para as autoridades competentes  
397 e aguarda a resposta. **Item nove - Relatos das Câmaras Setoriais:** sem relatos. **Item dez - Assuntos**  
398 **Gerais.** Em assuntos gerais a Senhora Sandra Santos, funcionária da Coordenadoria da Juventude, fez três  
399 colocações: a) informação recebida do SENAC, sobre a abertura de Ensino Médio Técnico para 2021, com  
400 disponibilização de bolsas de estudo para quem fosse oriundo do Ensino Público, com data a se inscrever em  
401 19 de agosto ;b) O ECA em movimento, projeto da COJUV em parceria com a SEDUC faria parte do Arte na  
402 CAPA 2021, num trabalho de produção dos alunos da rede; c) Organização do seminário, em setembro, em  
403 relação à lei 13.819, de 26 de abril de 2019, sobre prevenção do suicídio e automutilação. A senhora Suzete  
404 ainda em assuntos gerais falou sobre a Corregedoria dos Conselhos X COMINQ, informando que haviam  
405 cinco processos não concluídos pela corregedoria, por diversos motivos, que os mesmos foram enviados para  
406 a Comissão Municipal de Inquéritos, doravante COMINQ, visto que as situações não poderiam ficar em  
407 aberto e a continuidade agora é por conta desta Comissão Municipal. Informou que a maioria eram de ex-  
408 conselheiros. A segunda situação foi à exclusão dos três conselheiros que não participaram de todas as  
409 etapas para habilitação como suplentes, com o chamamento de três (3) subsequentes da classificação, que no  
410 caso seriam os de números trinta e um, trinta e dois e trinta e três. Foi relatado também a desistência da  
411 Senhora Mariana Figueiras de Freitas em continuar como suplente nesta gestão, fato informado através de e-  
412 mail no dia de ontem a presidência do CMDCA e que segue apensado a esta ata e também arquivado em  
413 prontuário da desistente. Sendo assim, continuamos com quatro suplentes e novamente teríamos que fazer a  
414 formação para apenas uma pessoa, já que o processo de formação para os demais já estava em andamento.  
415 Foi informado que deveríamos repensar a situação esperando a eleição de novembro, visto que alguns  
416 conselheiros seriam candidatos e na eminência se serem eleitos, teríamos vacância de cargos, assim  
417 esperaríamos para chamar os demais para nova formação de uma vez só. Por fim voltou-se ao assunto  
418 relativo ao item dois, com o retorno da responsável pela entidade, Senhora Egle Rodrigues. A Senhora  
419 Suzete Faustina dos Santos se colocou reforçando a necessidade de seguir os critérios utilizados para na  
420 análise dos demais projetos, dando como sugestão que ela apresentasse outro projeto, visto que o Edital  
421 ainda está aberto. O Senhor Igor Perrone, solicitou a fala e concordando com a Senhora Suzete, fez as  
422 seguintes ponderações: que analisando a utilização de critérios para as demais entidades, citando a  
423 SETTAPORT, que no seu entender que neste momento não teria uma segunda chance para o projeto  
424 #tamojuntonaquarentena. A entidade deveria apresentar um novo projeto, uma nova situação, até para não  
425 ter situações distintas em projetos semelhantes. A situação foi colocada em votação. A senhora Egle se  
426 manifestou pela retirada do projeto e possível reapresentação de outro com outra formatação. Foi solicitada  
427 as manifestações. O Senhor Galvão perguntou se o novo projeto seria com o mesmo objetivo, no que foi  
428 respondido que sim. Na ausência de manifestos ficou decidido desta maneira, com a observação do Senhor  
429 Igor Perrone que é importante que o objetivo fosse semelhante, mas que o projeto não pode ser apresentado  
430 com o mesmo nome de forma a não caracterizar reapresentação, o Senhor Wilson observou que é preciso  
431 parar com este movimento de ida e volta dos projetos. Se o projeto foi apresentado da maneira “tal”, é levar  
432 em consideração o que foi apresentado, analisado e proceder à votação. A Senhora Claudia Diegues,  
433 acompanhou a fala do Senhor Wilson. Sem mais nada a tratar, a senhora Presidente dá por encerrada a  
434 reunião às 13h40 e eu, Cristina de Almeida Vida M. Costa, primeira secretária, lavrei a presente ata que vai  
435 assinada por mim e pela senhora Presidente. Santos, 06 de agosto de 2020.

437 **SUZETE FAUSTINA DOS SANTOS**

**CRISTINA DE ALMEIDA VIDA M. COSTA**

438 Presidente

1ª Secretária